

Uma democracia frágil e sem valores democráticos: o Brasil no século XXI

A Fragile Democracy without democratic values: Brazil in the 21st century

Henrique Carlos de Oliveira de Castro
Sofia Isabel Vizcarra Castillo

Resumo

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 surpreendeu muitos meios acadêmicos e políticos. A sua eleição, no entanto, é coerente com a história e a cultura política do Brasil. A partir do conceito de cultura política híbrida, consideramos a eleição um reflexo da fragilidade da democracia no país. A análise de dados quantitativos e qualitativos da sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores coletados no Brasil entre 2018 e 2019 permite caracterizar a cultura política dos brasileiros como autoritária, conservadora e antidemocrática, apesar de apoio genérico à democracia. Tal cultura política contribuiu para a existência de uma democracia inercial, sem valores democráticos. Já a história política evidencia que a instabilidade parece ser a regra no país, não a exceção. Nossas conclusões apontam que a democracia continua frágil em função dos valores não democráticos dos brasileiros e pela eleição de um presidente que defende claramente uma saída autoritária.

Palavras-chave

Democracia Inercial; Valores; Cultura Política; Bolsonaro; Nostalgia da Ditadura.

Abstract

Jair Bolsonaro's election in 2018 shocked academic and political circles. However, if we look back at Brazil's historical and political trajectory, his election should not come as a surprise. We discuss, based on the concept of hybrid political culture, the election of Bolsonaro as a reflection of the fragility of Brazilian democracy. Based on the analysis of quantitative and qualitative data from the Seventh Wave of World Values Survey collected in 2018 and 2019, we characterize the political culture of Brazilians as authoritarian and conservative, despite a general support for the democratic idea. This political culture has contributed to the development of an inertial democracy that is not sustained in democratic values. Political history also shows that Brazilian politics has a pattern of instability. Our conclusions indicate that democracy remains fragile in Brazil due to its non-democratic values, exacerbated by the election of a president who clearly defends an authoritarian outcome.

Keywords

Inertial Democracy; Values; Political Culture; Bolsonaro; Nostalgia for Dictatorship.

Introdução¹

A eleição de Jair Bolsonaro, um líder com tendências autoritárias e de direita, nas eleições presidenciais do Brasil, no ano de 2018, gerou surpresa em alguns meios acadêmicos e políticos. Apesar de existirem antecedentes, como a eleição de Donald Trump no ano de 2016, ou o voto a favor da saída do Reino Unido da União Europeia no referendo do mesmo ano, poucos analistas apontavam a vitória de Bolsonaro como uma possibilidade real no início de 2018. Depois da sua vitória nas eleições presidenciais, diversas explicações surgiram para dar conta dessa “surpresa”. Algumas apontavam fatores conjunturais, incluindo a desilusão com o Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país durante treze anos (CHAGAS-BASTOS, 2019; CRAVO, 2019), assim como a rápida adaptação da extrema direita brasileira ao uso de novas tecnologias da informação com narrativas adaptadas a esses meios (ARUGUETE, CALVO e VENTURA, 2019; MARANHÃO FILHO, COELHO e DIAS, 2019). Outras explicações apontam fatores de longo prazo, que situam a eleição de Bolsonaro no contexto de um novo auge da extrema direita em nível mundial (DALY, 2019), em certo sentido um reflexo de um *backlash* cultural (INGLEHART e NORRIS, 2016; HUNTER e POWER, 2020) ante à modernização das sociedades.

Este trabalho, de maneira exploratória, se situa nas explicações de nível intermediário, dentro de uma perspectiva histórica de longo prazo da democracia brasileira, porém no contexto doméstico contemporâneo. Nesse sentido, aplica o conceito de cultura política híbrida para analisar a eleição de Bolsonaro, sem se alinhar diretamente com as teses que propõem a existência de um *backlash*, na medida em que aponta a existência de continuidade e coerência nos resultados eleitorais de 2018 com relação às características da cultura política dos brasileiros.

Nossa proposta é refletir, a partir da cultura política, sobre a fragilidade da democracia brasileira desde seu retorno, em 1988, até a atualidade, vislumbrando algumas possibilidades de futuro nas conclusões. A pergunta central do estudo parte da conjuntura política recente para instigar uma reflexão teórico-metodológica sobre os

¹ Agradecimentos: Os autores desejam agradecer aos seus colegas Rodrigo Stumpf González, Luís Gustavo Mello Grohmann, Daniel Capistrano e Sonia Ranincheski (in memoriam) pelo permanente apoio. Também agradecem à equipe da Pesquisa Mundial de Valores Brasil (WVS-Brasil), especialmente a Adriana Albanus, Ana Paula Fraga, Débora Santos, Francielle Marques, Greice Souza, Jéssica Duarte, Luana Beal e Marielli Bittencourt. Finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-Brasil) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Brasil) pelo apoio institucional. Desnecessário dizer que qualquer erro ou imprecisão é de exclusiva responsabilidade dos autores.

estudos da cultura política no Brasil: em que medida a eleição de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 é reflexo da cultura política dos brasileiros? E, ainda, quais são os possíveis efeitos dessa eleição na cultura política?

A análise de um tema de conjuntura, como a vitória de Bolsonaro, deve ser realizada também na perspectiva da cultura política, conceito proposto por Almond e Verba (1963, 1989), uma vez que nos permite uma aproximação com a relação entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, entendemos a cultura política como “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com relação a objetos políticos entre os membros de uma nação” (ALMOND e VERBA, 1989, p. 13). Porém, tal como afirma Castro (2014), com a finalidade de evitar a “armadilha” da cultura política, propomos que esse conceito deve ser usado como uma ferramenta descritiva e explicativa, e não normativa, adaptando-o a diferentes realidades. A partir de estudos anteriores desenvolvidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (BAQUERO, 2003, 2018; BAQUERO, CASTRO e RANINCHESKI, 2016; BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018), afirmamos que a cultura política dos brasileiros é de natureza híbrida, com uma centralidade dos valores autoritários e conservadores, apesar da existência de um apoio geral à ideia de democracia. É na continuidade histórico-metodológica dessas pesquisas que formulamos uma explicação preliminar sobre um aspecto que avaliamos como central, porém pouco discutido no debate sobre a eleição de Bolsonaro.

A cultura política híbrida contribui para o estabelecimento de uma democracia inercial (BAQUERO, 2018) que se sustenta em aspectos formais, mas não em valores democráticos. Nesse tipo de democracia, existe uma distância entre os níveis de desenvolvimento econômico e político que se reflete no limitado enraizamento de valores democráticos entre os cidadãos. Assim, podemos compreender a eleição de Jair Bolsonaro como um reflexo da cultura política híbrida dos brasileiros e não como um fenômeno estritamente conjuntural. Apesar de reconhecer que fatores conjunturais como o uso de novas tecnologias da informação tiveram um papel nessa eleição, entendemos que seu efeito também pode ser mais bem explicado a partir da compreensão das características da cultura política. Também estendemos nossa análise às consequências que a própria eleição de Bolsonaro terá na cultura política híbrida dos brasileiros. Afirmamos que as ações do Governo Bolsonaro, vinculadas ao descrédito de instituições políticas e de mediação, assim como a construção de um imaginário do inimigo “comunista”, fragilizam ainda mais os poucos valores democráticos existentes no país, fomentado a desconfiança e a criação de um modelo político antagônico. Isso

leva a um círculo vicioso que sustenta uma cultura política com valores cada vez menos democráticos.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. Em primeiro lugar, uma breve parte metodológica que apresenta os principais aspectos da coleta e da análise de dados. Em segundo lugar, uma seção teórica e de revisão histórica sobre a teoria e a prática democrática no Brasil. Em terceiro, apresenta-se a principal seção de resultados, que explora três aspectos centrais para a compreensão da cultura política brasileira e do resultado eleitoral: i) as concepções sobre democracia entre os cidadãos brasileiros; ii) os problemas de confiança nas instituições da arena pública e a diminuição da confiança interpessoal na arena privada; e iii) os conteúdos dos valores autoritários e conservadores, assim como dados que permitem compreendê-los no contexto do Brasil contemporâneo. A quarta seção discute os potenciais desequilíbrios que poderiam ocorrer na democracia brasileira em função das suas características no longo prazo e das primeiras ações do Governo Bolsonaro. A última seção apresenta as principais conclusões deste estudo.

Metodologia

As análises deste estudo se baseiam nos últimos dados, tanto quantitativos como qualitativos, da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey* – WVS Brasil), conduzida entre os anos 2018 e 2019 no Brasil. Dessa forma, usam-se tanto métodos quantitativos, principalmente descritivos, como métodos qualitativos para responder à pergunta central.

Os dados quantitativos são aqueles coletados no ano 2018 pela WVS, uma das pesquisas quantitativas em Ciências Sociais mais abrangentes do planeta, tanto em termos de continuidade temporal como de temas abordados pelo *survey*. Atualmente, a WVS está na sua sétima onda em nível mundial e sua quinta onda no Brasil, país no qual ela é aplicada desde 1994. A amostra, com um total de 1.762 entrevistados, foi probabilística em todos os estágios, abrangendo todo o território nacional, e foi coletada no ano eleitoral (2018), antes das eleições. A análise de dados realizada teve por objetivo enfatizar os aspectos empíricos que podem ajudar a explicar o caso observado; nesse sentido, não se trata de procurar generalizações empíricas ou de estudar, especificamente, o peso de cada componente empírico na explicação, e sim de usar os dados para contribuir na compreensão do caso estudado². Em paralelo, a análise

² As análises de dados foram, por decisão dos autores, fundamentalmente descritivas, considerando a natureza do artigo. Consideraram-se os pontos de vista mais contemporâneos da Ciência Política, como

situa-se na continuidade das pesquisas que têm demonstrado características históricas da cultura política brasileira ao longo das suas três décadas de democracia (BAQUERO, 2018; CASTRO, 2014; CASTRO, 1996); por esse motivo, nossa escolha foi por centrar-nos nos dados da última onda. Os dados estatísticos foram tratados com o *software* SPSS.

Os dados qualitativos foram coletados de maneira complementar ao estudo quantitativo principal e se focaram em dois eixos: o imaginário político dos brasileiros (incluindo considerações sobre a democracia) e *fake news* e eleições. Os dados foram coletados durante o ano de 2019 em 16 grupos focais em cinco capitais brasileiras (Brasília, Manaus, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro), com um total de 128 participantes. Estes foram selecionados com base em critérios de idade e nível educacional, com vistas a refletir a diversidade da população brasileira. As transcrições dos grupos focais foram analisadas com a ajuda do *software* de análise de dados qualitativos NVivo, a partir da construção de categorias de análise que foram refinadas com base nos próprios conteúdos dos grupos e no referencial teórico. Os grupos focais abordaram diversos temas além dos incluídos neste artigo; dessa forma, foram considerados unicamente os dados relacionados com a discussão sobre democracia e valores democráticos. A construção de categorias de análise, por sua vez, teve como objetivo responder à pergunta de pesquisa em temas ligados aos conceitos de democracia e autoritarismo, assim como convivência social.

Nossa análise se sustenta na complementariedade de ambos os métodos para evidenciar as diferentes características da cultura política dos brasileiros e permitir o estudo da fragilidade da democracia no Brasil a partir de uma perspectiva geral. Nesse sentido, é também importante aprofundar alguns conceitos centrais com relação à democracia e à cultura política, como veremos a seguir.

Problematizando a democracia e os valores democráticos no Brasil contemporâneo

Existem diferentes perspectivas sobre a democracia, como defini-la, quais os seus componentes e também como identificar a sua ausência. A democracia, na sua acepção primária, é uma instituição política que corresponde tanto a uma forma de

se pode observar, por exemplo, no editorial do último número da *American Political Science Review* (NOTES..., 2020), que propõe que é necessário fugir do fetiche das análises multivariadas e voltar às explicações substantivas dos dados com a contribuição adequada da teoria, debate que remonta os anos 1970.

Estado como de governo (SARTORI, 1993), mas que também se refere a uma atitude ante à forma pela qual somos governados; portanto, é algo que vai além das fronteiras entre o estatal e o social. Desde uma perspectiva formal, a democracia pode ser definida como um conjunto de regras, práticas e instituições que permitem ordenar a vida em sociedade, respeitando princípios de igualdade e dignidade, salvaguardando direitos básicos das pessoas (DAHL, 1989). Nesse sentido, o conceito de democracia na teoria tem uma dupla dimensão: uma dimensão de vida coletiva e uma dimensão individual.

Nos limites deste trabalho, nossa discussão se centra nos dois aspectos. Por um lado, estudamos a prática democrática brasileira a partir de uma leitura histórica e abrangente da trajetória política do país, mostrando assim que o Brasil é um exemplo de instabilidade democrática; por outro, discutimos a sua relação com a cultura política dos brasileiros. Para isso, repassaremos brevemente as mudanças e as continuidades na história política recente do Brasil.

Uma sociedade que mudou...

A sociedade brasileira mudou muito nos últimos 50 anos. De fato, não se pode afirmar que o Brasil seja, na atualidade, um país subdesenvolvido como costumava ser classificado. Alguns exemplos que ilustram essas transformações são os seguintes:

- a) O Brasil é, atualmente, um país majoritariamente urbano (IBGE, 2017);
- b) Existe um verdadeiro serviço de saúde pública universal (literalmente, qualquer pessoa – brasileira ou estrangeira – pode acessá-lo gratuitamente, e alguns procedimentos, como transplantes, somente podem ser realizados via sistema público). Apesar de seus problemas, funciona (BRASIL, c2013-2021);
- c) O perfil educativo brasileiro mudou sensivelmente (GANDRA, 2015);
- d) A cobertura de energia elétrica é quase universal atualmente (ANEEL, 2002);
- e) Os níveis de pobreza diminuíram, especialmente nos últimos 20 anos, entre outras importantes mudanças sociais (IPEA, 2008).

Mesmo no âmbito político, houve algumas mudanças significativas. Existe hoje no Brasil uma democracia eleitoral com eleições em todas as esferas, níveis aceitáveis de liberdade de expressão (porém, com um importante monopólio dos meios de comunicação) e muitas outras características de uma democracia nos termos de Dahl (1989). Esses são indícios de mudanças no país. No entanto, também no âmbito político, particularmente com relação à maneira de se fazer política e à cultura política, algumas características se mantêm ao longo dos anos, como:

- a) instabilidade política permanente, como veremos em detalhes a seguir;
- b) existência de um forte viés autoritário, tanto entre a elite quanto no comportamento da população em geral (SCHWARCZ, 2019);

- c) ausência de um consenso político mínimo mesmo sobre a democracia ou a organização do Estado, o que ficou evidenciado no último processo eleitoral presidencial (PINHEIRO NETO, 2019);
- d) forte concentração de poder econômico e político nas mãos de uma elite muito pequena (o 1% mais rico da população concentra 28,3% da renda nacional, nível de concentração só superado pelo Qatar, segundo o Informe de Desenvolvimento Humano da ONU) (PNUD, 2019);
- e) prática de arranjos entre as elites sem nenhuma preocupação com a população. Nesse sentido, é importante mencionar que um setor significativo da elite brasileira (tanto econômica como política) apoia a democracia somente quando é conveniente para seus objetivos (NUNES, 2016).

Apesar dessas continuidades, alguns aspectos mudaram profundamente. Vale salientar duas mudanças importantes ocorridas nos últimos anos: i) um hiperativismo político dos membros do Poder Judiciário; e ii) uma novidade na política brasileira: um aberto ativismo de direita.

Por um lado, sabe-se que os juízes, especialmente nos tribunais superiores, sempre tiveram um papel político ativo no Brasil. Porém, atualmente, pode-se ver diversos juízes de qualquer instância literalmente interferindo nos assuntos políticos nacionais. Por exemplo, não é uma surpresa, na atualidade, ver-se um juiz de primeira instância interferindo em uma decisão presidencial por com ela não concordar (será abordada também uma situação particular de uma ação claramente política de um juiz: o processo denominado "Lava Jato").

Por outro lado, mesmo que ela exista historicamente e seja muito forte e ativa politicamente no Brasil, a direita no país raramente assumiu a sua verdadeira face, preferindo assumir-se como centro-direita ou mesmo centro. Na atualidade, tanto políticos como pessoas comuns sentem-se orgulhosos em denominar-se de direita. Isso é uma novidade, com evidentes consequências não só político-eleitorais, mas na própria cultura política.

..., mas a instabilidade política continua a mesma

No âmbito político, entendemos que a destituição da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, não representou uma mudança no padrão histórico da política brasileira. Diversas pessoas no país se escandalizaram com a forma da destituição de Dilma Rousseff, já que acreditavam que o Brasil se tinha tornado uma verdadeira e consolidada democracia. Tal avaliação, no entanto, dista da realidade, já que uma democracia vai muito além da continuidade das eleições.

De fato, a história política do Brasil é uma história de instabilidade. Desde 1930, por exemplo, apenas quatro presidentes foram eleitos e concluíram seus mandatos, como se pode observar no Quadro 1. O quadro se refere aos presidentes e não aos mandatos. É o caso da ex-presidente Dilma Rousseff, que teve o seu segundo mandato interrompido.

Quadro 1 – Presidentes brasileiros de 1930 a 2018 segundo o tipo de eleição e conclusão do mandato

Nome do presidente	Foi eleito por meio de eleições?	Concluiu seu mandato?
Michel Temer (2016-2018)	Não	Sim
Dilma Rousseff (2011-2016)	Sim	Não
<i>Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
<i>Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
Itamar Franco (1992-1994)	Não	Sim
Fernando Collor (1990-1992)	Sim	Não
José Sarney (1985-1989)	Não	Sim
João Figueiredo (1979-1985)	Não	Sim
Ernesto Geisel (1974-1979)	Não	Sim
Emílio Médici (1969-1974)	Não	Sim
Arthur da Costa e Silva (1967-1969)	Não	Sim (?)
Humberto Castelo Branco (1964-1967)	Não	Sim (?)
João Goulart (1961-1964)	Não	Não
Jânio Quadros (jan/1961-ago/1961)	Sim	Não
<i>Juscelino Kubitschek (1956-1961)</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
João Café Filho (1954-1955)	Não	Sim
Getúlio Vargas (1951-1954)	Sim	Não
<i>Eurico Gaspar Dutra (1946-1951)</i>	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
Getúlio Vargas (1930-1945)	Não	Sim

Fonte: Elaboração própria.

Com efeito, uma onda de otimismo se estendeu no Brasil com a eleição do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (em 1995), conhecido como FHC, e uma transição fluida para o governo de Luiz Inácio da Silva (em 2003), conhecido como Lula. Isso foi interpretado como um sinal que o país havia chegado à esperada estabilidade democrática e econômica.

Em paralelo, as políticas sociais passaram a integrar a agenda política de forma mais evidente: parecia que tinha chegado o momento dos pobres. Com a chegada do governo de Lula, o otimismo cresceu. A política social era, aparentemente, um objetivo

importante da sua administração, e, finalmente, o Brasil parecia não ser o país do futuro, e sim do presente.

As elites econômicas, por sua vez, estavam tranquilas porque, por um lado, não havia uma mudança significativa no âmbito econômico, com a continuidade do apoio do Estado ao capital; e, por outro, porque os movimentos sociais (como o Movimento dos Sem-terra, o MST) mostravam predisposição para colaborar com a administração federal. Com efeito, para ser eleito, Lula abandonou publicamente seu apego pela esquerda e decidiu fazer uma aliança eleitoral e política com os setores conservadores (o exemplo mais claro da adesão de Lula a princípios conservadores foi a "Carta aos brasileiros", que publicou antes da sua eleição, em 2002, na qual passava a segurança de que precisava a elite política e econômica)³. É importante precisar que tanto FHC como Lula são políticos com muita experiência e bons negociadores. Além disso, Lula é muito carismático e popular e teve a oportunidade de dirigir o país em um momento no qual a economia era muito estável e mesmo em crescimento, principalmente devido ao aumento das exportações agroindustriais.

A breve estabilidade política do Brasil nesses anos, que gerou expectativas sobre uma consolidação democrática, pode ser resumida da seguinte maneira: de um lado, a administração de FHC representou o sentimento prevalente de otimismo diante do retorno à democracia e à estabilidade econômica, porém, com certo receio pela instabilidade social. Por outro lado, a administração Lula representou o otimismo ante uma transição tranquila, na qual a política social foi colocada no primeiro plano da agenda política, porém mantendo as alianças eleitorais e políticas com setores conservadores. Além disso, essa administração representou uma mudança na organização das elites para a gestão do país e na sua relação com os movimentos sociais.

O ano 2016 marcou um golpe para a democracia brasileira, já que o processo de *impeachment* se realizou à margem da Constituição, mas com o apoio de uma parte importante da elite política e econômica do país (e também da população). Uma vez mais, o Brasil se confrontava com seu padrão histórico: um acordo da elite para evitar transtornos políticos no país, no qual alguns poucos mantêm seus privilégios a expensas da maioria da população. O povo, por sua vez, ou observa aturdido os acontecimentos, ou participa ativamente deles; porém, é usado como peão: uma vez que os novos acordos políticos são consolidados entre a elite, é convidado a voltar a suas casas e retomar uma atitude passiva.

³ A este respeito, ver Castro e Negri (2003 e 2009).

Uma democracia importada

A democracia liberal contemporânea foi concebida em alguns países da Europa ocidental, em particular na Inglaterra e na França, e nos Estados Unidos da América. Nessas sociedades, a construção dessa nova forma de organizar as disputas pelo poder político se desenvolveu em consonância com a história política de cada sociedade, considerando seus aspectos culturais. Em outras palavras, a construção da democracia liberal foi fruto de uma verdadeira simbiose entre os interesses das elites econômicas e políticas e os valores hegemônicos da época (RANINCHESKI e CASTRO, 2013; CASTRO, 2014).

Os valores subjacentes a essa visão de democracia liberal – como liberdade, igualdade, justiça e, é importante mencionar, o secularismo – foram, e continuam sendo, bases importantes para a expansão dessa forma de governo. Isso foi o que encantou parte das elites latino-americanas no período colonial. A promessa democrática e republicana era um canto de sereia para as jovens elites do Novo Mundo, cansadas da opressão monárquica e do status de subcidadania política.

Porém, a visão ilustrada dos jovens do que posteriormente se conheceria como América Latina contrastava com a prática política e institucional procedente de Espanha e Portugal. Se queriam construir uma sociedade diferente, agiam da mesma maneira elitista, depreciando a grande maioria da população, aí incluídos os povos originários. É nessa fusão dos ideais republicanos com uma prática patrimonialista herdada das metrópoles que achamos as origens mais remotas de uma das características mais chamativas da cultura política da maioria dos países latino-americanos: uma cultura política híbrida, com um apoio difuso manifesto à democracia, porém com uma atitude clientelista e antipopular (BAQUERO, CASTRO e RANINCHESKI, 2016).

Esse processo de importação da democracia por parte das elites latino-americanas continuou ao longo do século XX e foi impulsionado durante o período da Guerra Fria. A popularidade que a União Soviética ganhou no Ocidente com o fim da Segunda Guerra Mundial fez com que a exportação da democracia e do *American way of life* fosse uma prioridade ainda maior na política estatal estadunidense. Essa visão da democracia se construiu nos Estados Unidos da América como uma forma necessária e única de organização política para a América Latina e pode ser caricaturada no título

de um livro organizado por um destacado cientista político estadunidense: *Exporting democracy: the United States and Latin America* (LOWENTHAL, 1991)⁴.

Após o final da Segunda Guerra Mundial, começou um processo de ditaduras civis-militares em vários países da América Latina. Assim, as fracas democracias que se estavam construindo se asfixiaram e abriram espaço para situações bastante peculiares. No caso brasileiro, por exemplo, durante praticamente todo o período da ditadura civil-militar instalada em 1964, houve eleições em certos níveis (para prefeitos da maioria das cidades, para deputados federais e estaduais e para parte do Senado). Logicamente, não havia espaço para um debate aberto, com a censura e a repressão dos partidos de oposição à ditadura. Porém, a própria existência de eleições faz com que muitos brasileiros considerem – alguns de boa-fé – que nunca houve uma ditadura no Brasil. Os setores da direita que surgiram na atualidade usam falácias como essas para lutar contra a democracia e defender as posições autoritárias. Assim a fraca e instável democracia brasileira se desenvolve. Essas bases históricas preparam o caminho para que, logo após a queda das ditaduras civis-militares, surjam regimes denominados democráticos, nos quais, porém, os cidadãos continuam com uma forte presença de valores autoritários, como já tem sido evidenciado em estudos prévios. Isso nos leva a pensar que a democracia que nasceu nessas transições foi democrática na forma e não no conteúdo, particularmente com relação à cultura política. A partir dessa perspectiva, poderíamos considerar que a democracia é inercial (BAQUERO, 2018) ou mesmo natimorta. Assim, a pergunta não seria “como pode morrer uma democracia?” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018), e sim “como pode nascer uma democracia em uma cultura autoritária que nunca terminou de morrer?”. Para entender esta última dimensão, vamos nos aprofundar nos conteúdos da cultura política dos brasileiros.

Democracia sem cidadãos democráticos: o enraizamento do autoritarismo e do conservadorismo na cultura política brasileira

Se consideramos que a democracia não é simplesmente uma série de instituições e sim uma maneira de se compreender a relação com os outros a partir do respeito, da igualdade e dos direitos, então entendemos que a cultura política em vários países do Sul global não necessariamente é democrática. No caso do Brasil, alguns estudos têm

⁴ A "democracia" pode ser considerado o principal produto de exportação dos Estados Unidos da América, uma vez que é o constrói as bases políticas para o avanço de produtos e serviços de empresas estadunidenses. Este argumento será trabalhado em artigo próximo.

apontado que a cultura política local pode ser caracterizada como híbrida (BAQUERO, CASTRO e RANINCHESKI, 2016). Isso significa que os brasileiros apoiam de maneira geral a democracia, sem formular uma definição coerente ou abstrata do conceito, ao mesmo tempo em que não confiam nas instituições democráticas nem compartilham os valores que estas promovem. Essa não é uma característica recente; ela existe desde o retorno à democracia, em 1988 (BAQUERO, RANINCHESKI e CASTRO, 2018), e parece não ter mudado significativamente após 30 anos de prática democrática. Nesse sentido, é necessário explorar algumas das características da cultura política brasileira na atualidade. Para isso, focaremos em três dimensões que salientam as contradições próprias dessa cultura política. Em primeiro lugar, exploraremos as concepções sobre democracia existentes entre os brasileiros, evidenciando a natureza polissêmica e mesmo contraditória que os cidadãos relacionam a esse conceito. Em segundo lugar, exploraremos temas relacionados com a confiança, tanto nas instituições públicas como na esfera privada e nos meios de comunicação, para entender problemas vinculados ao apoio à democracia e à legitimidade desta, assim como para compreender os fatores que promovem a continuidade de valores autoritários. Finalmente, centraremos-nos em explorar em profundidade esses valores autoritários para compreender, a partir de uma perspectiva geral, o conservadorismo brasileiro e sua função como caldo de cultura para um comportamento político que põe em xeque a própria essência democrática.

A democracia: um conceito valorizado, mas paradoxal aos olhos dos brasileiros

Uma cultura política híbrida se caracteriza por um apoio difuso ao conceito de democracia apesar de uma insatisfação com o funcionamento desse regime na prática. Os dados qualitativos e quantitativos da sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores no Brasil refletem que os brasileiros exibem ambas as características nas suas opiniões e atitudes com relação à democracia. Existe entre os cidadãos um apoio majoritário ao sistema democrático que se evidencia no fato de que, em 2018, 57,7% dos entrevistados consideravam muito importante viver em democracia. Porém, quando vemos os detalhes sobre os conteúdos desse conceito, podemos observar que existem contradições, como mostrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Principais características de uma democracia, segundo os brasileiros

É uma característica fundamental da democracia...	Porcentagem de entrevistados que concordam muito ou totalmente com a afirmação
... que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens	68,0%
... que o povo escolha seus líderes em eleições livres	65,9%
... que o povo receba seguro-desemprego por parte do Governo	56,3%
... que os direitos dos cidadãos protejam a liberdade do povo contra a opressão	53,2%
... que o Estado iguale a renda das pessoas	29,9%
... que as Forças Armadas assumam o poder quando o Governo é incompetente	28,7%
... que os cidadãos obedeçam aos seus governantes	22,9%
... que o Governo taxe os ricos e dê dinheiro aos pobres	20,9%
... que as autoridades religiosas interpretem as leis	10,2%

Fonte: WVS-Brasil (CASTRO, RANINCHESKI e CAPISTRANO, 2018).

As características principais da democracia sobre as quais existe consenso entre os brasileiros estão vinculadas com a dimensão formal da democracia (eleições periódicas) e com uma dimensão substantiva vinculada com a igualdade e a proteção de direitos individuais. Além disso, uma dimensão substantiva social aparece como importante para os brasileiros (o seguro-desemprego), entendida como parte das características das democracias de bem-estar. Mesmo que outras características desse tipo de democracia não gerem consenso (redistribuição e equiparação de renda), parecem ser valorizadas por quase 25% da população.

A importância de ambas as dimensões, formal e substantiva, coincide com os resultados da pesquisa qualitativa complementar à sétima onda da WVS. A pesquisa permitiu aprofundar algumas dessas dimensões contraditórias do conceito de democracia. Assim, entre os participantes dos grupos focais, a noção de democracia estava associada a uma visão paradoxal. Para vários, há pouca clareza e mesmo poucos conhecimentos sobre os conteúdos mínimos do significado da democracia, sendo um termo que gera confusão. Porém, para aqueles que se animaram a defini-la, existiria uma *“democracia no papel, porém não na prática”* (Participante do grupo focal, Rio de Janeiro, agosto 2019) (RANINCHESKI et al., não publicado), expressão que se repete em diversas cidades e com participantes com diferentes níveis educativos e idades

diferentes. Isso está associado ao fato de que os cidadãos brasileiros reconhecem uma dupla dimensão da democracia, a qual também é salientada por teóricos da democracia: por um lado, uma visão formal, vinculada a regras institucionais de funcionamento, principalmente ao voto e à representação, critério que seria cumprido no país (mesmo com alguns problemas); por outro lado, há uma visão de uma democracia mais substancial, que seria a democracia na prática, a qual resultaria do contraste entre um ideal democrático positivo e as condições materiais e práticas em que vivem cotidianamente os cidadãos.

Com relação aos critérios formais de uma democracia, os participantes reconhecem que o país cumpre dois critérios que indicam a presença de uma democracia formal: i) um sistema eleitoral que permite a eleição de representantes e a existência do direito ao voto, e ii) a tomada de decisões “relevantes” se realiza por meio de votações nas instituições legislativas, reconhecendo-se, assim, a existência de uma separação de poderes entre o Executivo e o Legislativo. A principal controvérsia com relação à dimensão formal da democracia aparece vinculada à existência do voto obrigatório no país; em várias discussões, repetiu-se a mesma ideia: “*a democracia também é [...] que uma pessoa vote se ela quer, e não vote se não quer*” (Participante Grupo Focal, Recife, agosto 2019). Alguns ainda apontaram que a obrigatoriedade do voto é antidemocrática, já que atenta contra a liberdade de escolha de cada indivíduo sobre como conduzir sua vida (ao lhe retirar a possibilidade de não comparecer às urnas). Isso coincide, em geral, com a visão substantiva que os brasileiros têm sobre a democracia e que explica esta primeira insatisfação com a democracia, como veremos a seguir (um debate sobre o voto obrigatório e voluntário no Brasil pode ser achado em Castro *et al.*, 1997).

Em termos substantivos, os brasileiros valoram positivamente a democracia quando equiparam seu significado com “liberdade de escolha”. “*Nós temos que escolher a maneira na qual queremos viver, aquilo que queremos fazer com relação a tudo*” (Participante de Grupo Focal, Rio de Janeiro, agosto 2019). Nesse sentido, a visão positiva da democracia está associada a uma dimensão individual do que ela permite; assim aponta também uma participante de um grupo focal em Brasília: “*Democracia é poder ser o que você é, não? Ter sua opinião e agir como você quer e ser respeitado*” (Participante Grupos Focal, Brasília, setembro 2019). A liberdade é um dos principais conteúdos associados com o ideal de democracia; porém, isso contrasta com a experiência de democracia que manifestam os participantes e que resumimos no Quadro 2.

Quadro 2 – Ideal de democracia vs. Democracia brasileira na prática segundo a percepção dos cidadãos brasileiros

Características da democracia como ideal	Características da democracia brasileira na prática
<ul style="list-style-type: none"> - Garante liberdades: de expressão, de opinião, de trânsito, de voto, de informação etc. - É associada com a garantia de direitos e respeito ao outro - Significa igualdade - Proteger a dignidade humana - Garante condições de subsistência (e mesmo bem-estar) suficientes para todos, em igualdade de condições e oportunidades - Funcionamento autônomo das instituições, que servem de contrapeso umas das outras 	<ul style="list-style-type: none"> - Democracia manipulada pelas elites - Democracia incompleta, vinculada ao fato de que a desigualdade constitui uma barreira para a democracia - Problemas com a provisão de serviços públicos e condições de vida dos cidadãos - Democracia só no papel, particularmente associada a problemas de representação - Democracia corrupta - Democracia que discrimina (os cidadãos se sentem desrespeitados pelas elites políticas e intelectuais associadas à condução da democracia)

Fonte: Elaboração própria a partir dos grupos focais da sétima onda da WVS no Brasil (RANINCHESKI et al., não publicado).

Assim, o contraste entre a visão ideal e a experiência de democracia dos cidadãos brasileiros dá indícios sobre alguns dos temas que erodem a confiança na democracia e em suas instituições. Só 12,5% dos entrevistados na WVS declararam estar mediana ou completamente satisfeitos com o funcionamento do sistema político no Brasil de hoje. Os resultados qualitativos apontam que os cidadãos sentem que a democracia no seu formato atual não garante a dignidade e as condições básicas para o desenvolvimento de todos os brasileiros, sentimento que é ainda mais agudo entre os participantes dos setores mais desfavorecidos. As referências para essas avaliações são diretamente experiências pessoais ou do seu entorno próximo; as reflexões dos participantes se centram, portanto, em situações concretas da vida cotidiana e não em abstrações. Assim, a visão da democracia se centra no que esse regime pode fazer para o indivíduo, e não no que ele pode fazer para o coletivo. De fato, nos grupos focais, foi notável a ausência de uma perspectiva de bem comum associada à ideia de democracia. A visão positiva se restringe a uma visão ideal individual.

A experiência prática da democracia, pelo contrário, gera reações negativas entre os cidadãos brasileiros. Assim, 57,8% deles estão completamente insatisfeitos com o funcionamento do sistema político do país na atualidade (CASTRO,

RANINCHESKI e CAPISTRANO, 2018). O desapontamento com a democracia na prática leva os brasileiros a se questionarem se essa é a melhor opção para governar o país. Como exemplo, uma das participantes aponta que, no país, se tende a romantizar a ideia de democracia, considera-se que ela seja a melhor opção ou simplesmente o menor dos males. Essas atitudes dão abertura para que os cidadãos se mostrem favoráveis a formas de governo não democráticas, como o precisa um dos participantes dos grupos focais: *“Estamos faz quantos anos ali na democracia [sic] e aconteceu o que aconteceu. Mudemos”* (Participante Grupo Focal, Rio de Janeiro, agosto 2019). Assim, por exemplo, a sétima onda da WVS evidencia que existem setores da população que pensam que é bom ou muito bom serem governados por um líder que não se preocupe com o Poder Legislativo ou com as eleições (65,5%), um governo puramente tecnocrático (81,7%), um governo militar (46%) ou um governo teocrático (31%). Mesmo aqueles cidadãos mais céticos com a ideia de abandonar o regime democrático manifestam seu descontentamento com a situação atual, o que se reflete amplamente nas cifras relacionadas com a confiança nas instituições, como examinaremos a seguir.

Em resumo, a análise dos dados qualitativos e quantitativos da sétima onda da WVS deixa claro que a democracia não é um valor essencial para os brasileiros. Isso reforça os trabalhos anteriores que têm comprovado a existência de uma “nostalgia da ditadura”, isto é, uma visão romântica de um passado abstrato, ainda por parte de jovens que não viveram aquele momento histórico (CASTRO, 1996; CASTRO, 2014; BITTENCOURT, 2020). Isso, vinculado aos aspectos de confiança institucional e interpessoal, constrói um panorama preocupante com relação à manutenção da democracia, mesmo formal, na atualidade.

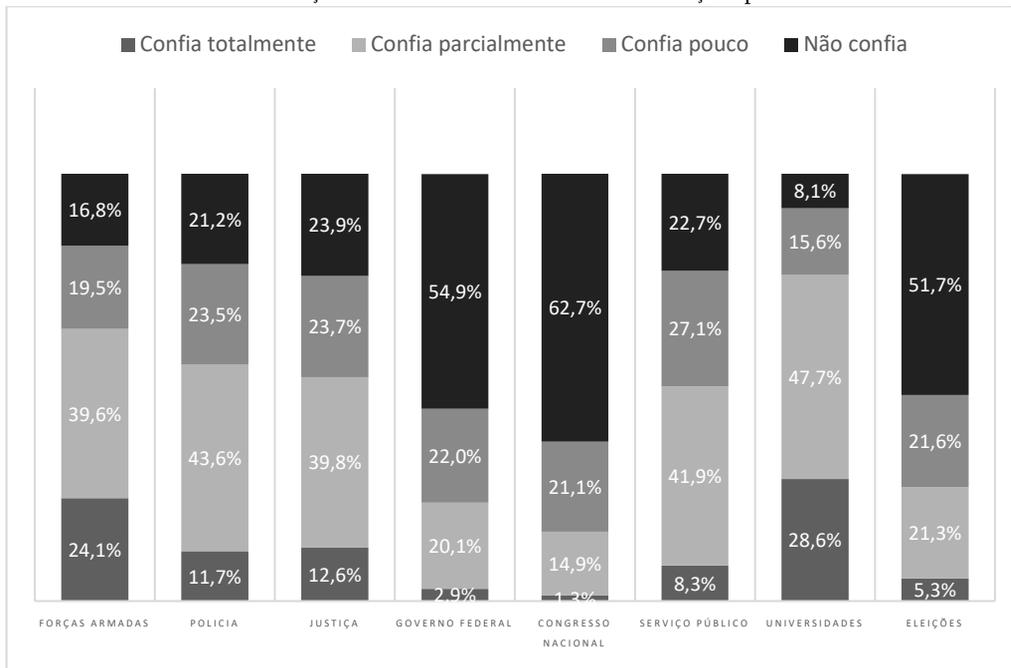
Questão de confiança

Um dos principais sintomas da grande insatisfação com a democracia na prática são os níveis de confiança nas instituições públicas. A desconfiança em relação a essas instituições alimenta a insatisfação com a democracia e vice-versa. A confiança pode ser entendida como um fator externo (ALMOND e VERBA, 1963; INGLEHART, 1977) “[...] que se origina em crenças enraizadas nas normas culturais, transmitidas por meio do processo de socialização política” (BAQUERO, CASTRO e RANINCHESKI, 2016, p. 11-12). Nesse sentido, a confiança em determinada instituição reflete também as características da cultura política de um país ao mostrar as valorações sobre esses objetos políticos.

Alguns autores (FIESCHI e HEYWOOD, 2004) afirmam que a confiança nas instituições está vinculada aos níveis de compreensão sobre o papel e o funcionamento

dessas instituições. Assim, Fisci e Heywood (2004) afirmam que, nos países nos quais o papel das instituições públicas é claro e em que é fácil compreender sua contribuição para o funcionamento do modelo democrático, a confiança nas instituições se mantém alta mesmo quando afetados por temas conjunturais (como crises econômicas ou escândalos de corrupção). Isso, no caso brasileiro, pode ser compreendido de maneira inversa. A pouca clareza sobre os conteúdos de uma democracia, as confusões com relação a suas características e seu papel na vida em comunidade podem levar a um rápido desgaste da confiança nas instituições públicas, tal como se observa no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Confiança dos cidadãos brasileiros nas instituições públicas em 2018

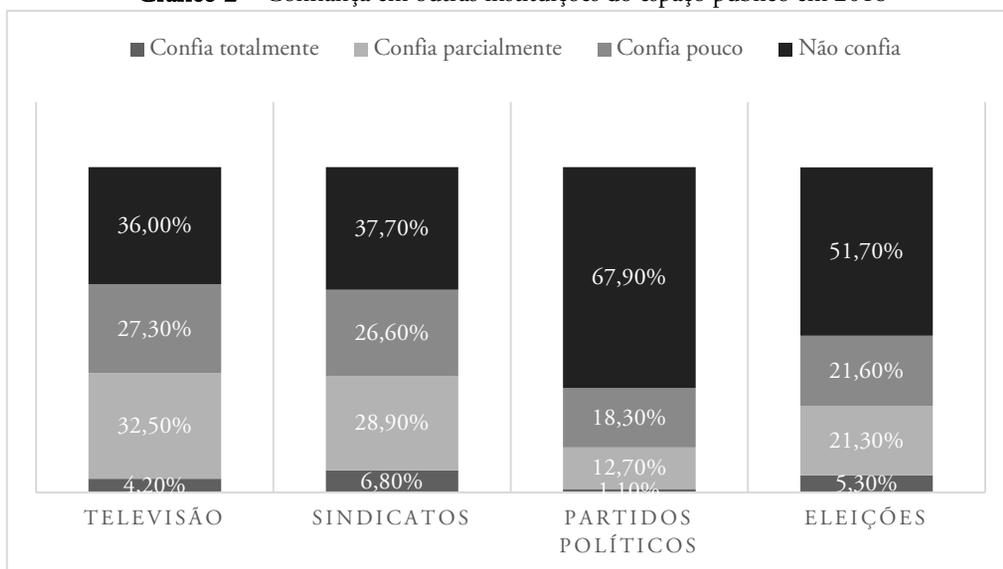


Fonte: WVS-Brasil (CASTRO, RANINCHESKI e CAPISTRANO, 2018).

Podemos observar que mais da metade da população não confia nem no governo federal (entendido como o Poder Executivo) (54,9%) nem no Congresso Nacional (62,7%), sendo esta última instituição aquela que inspira menores níveis de confiança plena da população (só o 1,3% dos brasileiros confiam totalmente no seu Congresso). Isso é congruente com as manifestações coletadas nos grupos focais, que indicam que os cidadãos se sentem distanciados das elites políticas do Executivo e do

Legislativo; eles identificam essas elites de maneira mais geral como o que acontece “lá em Brasília” e têm pouca clareza sobre como elas funcionam. Em uma posição intermediária, encontram-se as instituições do sistema de segurança e justiça, nas quais metade da população confia parcial ou totalmente. Finalmente, as instituições que têm maior confiança da população são as Forças Armadas e as universidades, nas quais 36,3% e 23,7% confiam parcial ou totalmente. Assim, a erosão do funcionamento das instituições públicas, as frustrações com os serviços do Estado se refletem nesses níveis de confiança. Essas instituições (Poder Executivo e Legislativo) são a base dos regimes democráticos, principalmente nas democracias liberais, e também são aquelas mais deslegitimadas aos olhos da população. Porém, o descrédito não se restringe às instituições públicas, mas se estende àquelas pertencentes a uma esfera pública ampliada, como são os meios de comunicação e as instituições de intermediação. Isso pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Confiança em outras instituições do espaço público em 2018

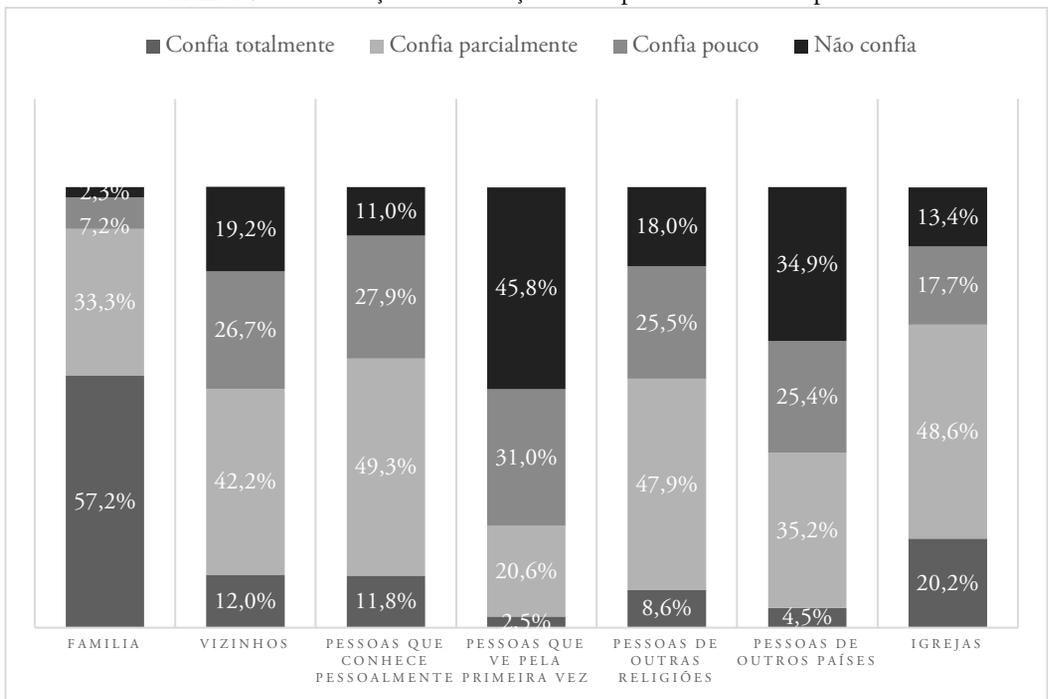


Fonte: WVS-Brasil (CASTRO, RANINCHESKI e CAPISTRANO, 2018).

Esse gráfico reflete a confiança nas instituições que representam aspectos básicos de uma democracia liberal ou, como denominaria Dahl (1989), de uma poliarquia. Assim, por exemplo, os brasileiros desconfiam que no país não se respeite o princípio de liberdade de escolha por meio de eleições livres e competitivas. Com efeito, 72,3% dos cidadãos têm pouca ou nenhuma confiança nas eleições. As instituições de

intermediação também não são bem avaliadas pelos cidadãos brasileiros, o que se reflete no fato de que 64,3% e 86,2% confiam pouco ou nada em sindicatos e partidos políticos respectivamente. Isso gera problemas de legitimidade para essas instituições, que são a base da democracia representativa, e contribui para a erosão do princípio de representação. Finalmente, podemos apreciar que um meio de comunicação importante e massivo como a televisão só tem um nível de confiança (parcial o total) de 36,7% da população, o que traduz suas dúvidas sobre a existência de liberdade de informação. Assim, no momento de discutir temas vinculados aos meios de comunicação, os participantes de diferentes grupos focais apontaram que não confiavam no que eles denominaram “grandes meios” por considerá-los parcializados e mesmo instrumentos de manipulação. Este panorama de desconfiança geral no âmbito público contrasta com os níveis de confiança no âmbito privado, como se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Confiança nas instituições e nas pessoas no âmbito privado



Fonte: WVS-Brasil (CASTRO, RANINCHESKI e CAPISTRANO, 2018).

Os níveis de confiança interpessoal são em geral mais altos que a confiança em diferentes instituições do âmbito público; porém, são mais significativos em algumas categorias. Assim, a família é a principal depositária da confiança interpessoal, seguida pelos vizinhos e pelas pessoas que você conhece pessoalmente. No nível institucional, as igrejas têm maior confiança (68,8% confiam total ou parcialmente nelas) que a maioria das instituições da arena pública. Portanto, isso indica que a confiança está naqueles círculos mais próximos e nas instituições com afinidade com os valores morais de cada um.

Em contraste, os níveis de confiança (confia total ou parcialmente) em pessoas fora do círculo social, tal como pessoas que você recém conhece (23,5%) ou pessoas de outros países (39,7%), são relativamente baixos. Isso nos permite compreender a maneira com que vai se configurando a rede de convivência social na qual se tem confiança naqueles com os quais se tem maior proximidade. Isso alimenta, no âmbito político, uma forma individualista de pensar a vida em comunidade, como vimos anteriormente; coincide com uma visão individualista do que significa a democracia. Também alimenta a construção de bolhas sociais na vida coletiva: eu me relaciono e penso o que é melhor para aqueles que conheço e que se parecem comigo. Isso é particularmente relevante em momentos nos quais os cidadãos não têm capacidade de abstração sobre as instituições políticas e sobre os conteúdos das ideologias políticas, como apontam os dados coletados nos grupos focais. O panorama político já não se configura a partir de um confronto de ideias, segundo o qual se deve vencer um adversário, e sim de uma política do inimigo, que se deve destruir (SCHMITT, 1991; MOUFFE, 2005). No caso brasileiro, essa configuração polarizada da vida social e da política tem ficado mais evidente desde a eleição de Jair Bolsonaro e parece estar permeada pela proeminência de valores conservadores e autoritários entre os cidadãos, como examinaremos a seguir.

Os valores centrais da cultura política brasileira e a segurança existencial

Em face ao panorama de valorização da esfera individual em detrimento da esfera pública, que, segundo Norval (2007), é um dos fatores que alimentam a crise democrática, é necessário pensarmos quais são os valores e as ideias veiculados nessa esfera privada. É ali onde se formam, principalmente durante nossa juventude, mas também durante a idade adulta, nossas atitudes e comportamentos ante os objetos políticos da sociedade e as pessoas com quem convivemos. Também, conhecer o

detalhe sobre esses valores nos informa sobre as características da cultura política de um determinado lugar.

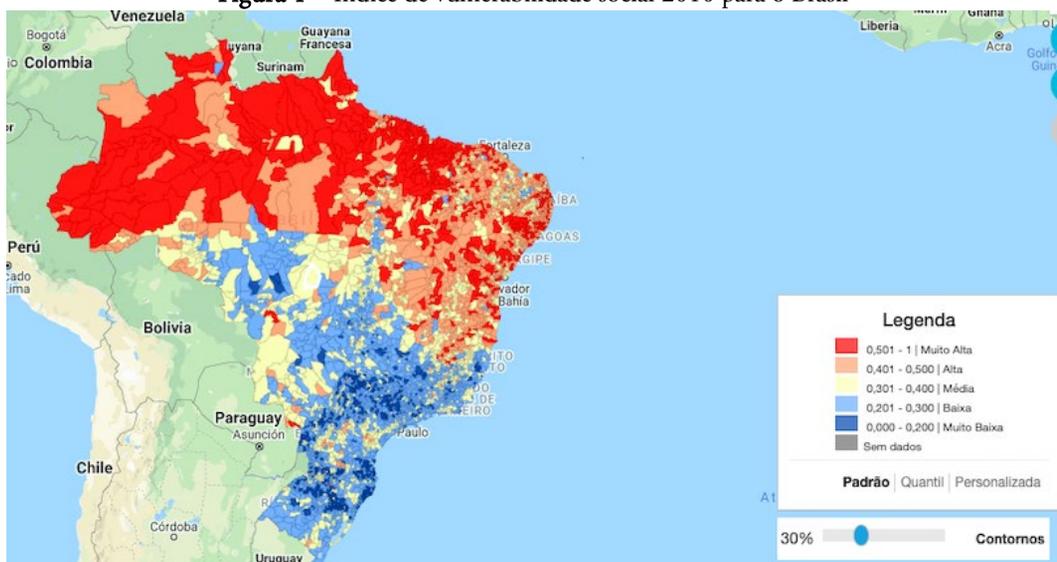
Nesse sentido, os dados da sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores apontam três tipos de valores conservadores predominantes entre os brasileiros: i) autoritarismo e ordem; ii) família; e iii) predominância da religião. O primeiro tipo de valor se reflete no fato de que 43,2% dos brasileiros consideram muito importante ensinar aos seus filhos a obediência. O segundo valor se observa no fato de que 98,2% consideram a família como importante ou muito importante na sua vida. A maioria tem uma visão conservadora sobre os papéis de gênero; por exemplo, 55,6% dos brasileiros opinam que os filhos sofrem quando a mãe exerce uma atividade remunerada. Também a valoração da solidariedade familiar se reflete no fato de que 84,2% pensam que os filhos adultos devem oferecer cuidados a seus pais por um longo tempo. Finalmente, o terceiro valor pode ser observado a partir de alguns indicadores. Por exemplo, 85,4% dos brasileiros consideram importante ou muito importante a religião na sua vida e 36,6% opinam que é importante ensinar fé religiosa às crianças.

Esse tipo de valores corresponde, geralmente, como indicam as teorias da modernização revisadas (INGLEHART e BAKER, 2000; AHMADI e ATAMAN, 2017; INGLEHART, 2018), as sociedades com menores níveis de desenvolvimento. Segundo essa teoria, existe uma relação entre o nível de desenvolvimento de um país e o tipo de valores predominantes em uma sociedade. Assim, os valores tradicionais estão associados a menores níveis de desenvolvimento. Isso estaria relacionado com o fato de que essas sociedades oferecem menores níveis de segurança existencial, entendida como condições que permitem que os indivíduos tenham a percepção de que sua sobrevivência está garantida. Em geral, essas teorias estão orientadas para explicar os altos níveis de religiosidade em determinadas sociedades com menores níveis de desenvolvimento socioeconômico; porém, essa perspectiva pode servir para compreender a predominância de diversos tipos valores, além dos religiosos.

No caso brasileiro, existem diversos tipos de indicadores que apontam para a existência de baixos níveis de segurança existencial no país. Apesar de ser um país com desenvolvimento econômico médio, o Brasil é também um dos países mais desiguais da região. Isso significa que a insegurança existencial está desigualmente distribuída no território. Isso é evidente quando vemos os resultados por município do índice de vulnerabilidade social desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para o ano 2010. Apesar de serem dados de uma década atrás, correspondem a um levantamento ambicioso que reflete os níveis de precariedade, denominada

vulnerabilidade no estudo, nos diferentes municípios brasileiros. Como são medidos esses níveis de vulnerabilidade? O mapa apresentado na Figura 1 mostra a agregação do índice, que contém três dimensões: i) a primeira corresponde aos indicadores de infraestrutura urbana, isto é, condições básicas de acesso ao saneamento e à mobilidade urbana; ii) a segunda corresponde aos indicadores de capital humano, os aspectos que determinam as perspectivas de futuro dos seres humanos, como o acesso a serviços de saúde e educação; iii) a terceira corresponde aos indicadores de renda e trabalho, focando, principalmente, naqueles lares que têm um fluxo insuficiente de ingressos mensais.

Figura 1 – Índice de vulnerabilidade social 2010 para o Brasil



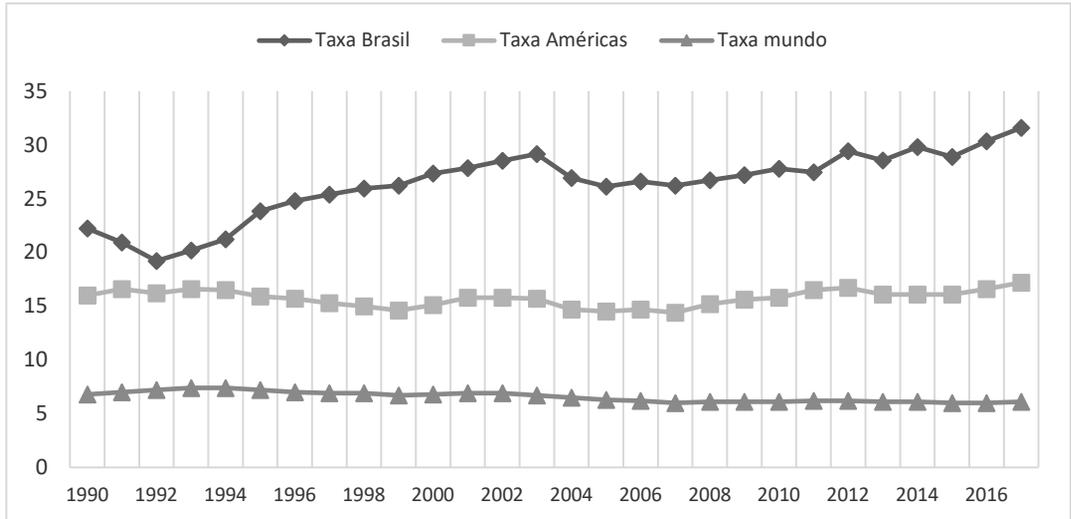
Fonte: IPEA (2010).

Assim, a Figura 1 revela que as regiões Norte e Nordeste do país concentram uma maior quantidade de municípios com níveis mais altos de vulnerabilidade social (em vermelho e laranja no mapa). Nesses contextos, as condições básicas de subsistência não estão garantidas para a maioria da população. Problemas com a saúde pública e insuficiência de ingressos econômicos ameaçam a continuidade da vida cotidiana, particularmente em contextos nos que já não existe nenhum nível de Estado de bem-estar. Aquele que não está em posição de ser um consumidor ou acessar os serviços por meio do mercado fica totalmente precarizado. Como exemplo, 30,6% dos entrevistados na WVS 2018 declaram ter ficado frequentemente ou ocasionalmente sem renda. Nesses casos, a assistência do Estado e as redes de solidariedade familiar são

a única opção para continuar tendo condições de subsistência ou atingir níveis de vida digna. A solidariedade familiar é particularmente importante quando existe um desmonte do Estado de bem-estar. Essa solidariedade se expressa a partir de transferências diretas de dinheiro, partilha de recursos, arranjos de moradias familiares, entre outros. Isso leva a que valores relacionados com a família e a ordem se tornem centrais para a subsistência individual e o funcionamento do país.

Outra ameaça presente no contexto brasileiro e que preocupa diferentes classes sociais, como foi salientado nos grupos focais, é o tema da segurança pública. Crime e violência são uma preocupação preponderante na sociedade brasileira. Tanto o medo de ver afetado seu patrimônio como o de ver afetada sua integridade física diminuem a sensação de segurança dos brasileiros. Assim, por exemplo, o Gráfico 4 mostra que os níveis de violência homicida (taxa de homicídios) no Brasil são muito mais elevados do que a taxa de homicídios nas Américas, considerada a região mais violenta do mundo, e que a taxa média ao nível mundial. A evolução desse indicador entre os anos 1990 e 1997 mostra que há uma leve tendência ao aumento, e que a violência continua presente no país.

Gráfico 4 – Evolução das taxas de homicídio no Brasil, nas Américas e no mundo entre 1990 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de estatísticas do monitor da violência do IPEA – Brasil (IPEA, 2017) e do relatório global de homicídios da UNODC (2018).

Mesmo que esses níveis de violência, assim como as condições de vulnerabilidade, impactem de maneiras diferentes os cidadãos brasileiros, eles

fragilizam o sentido de segurança existencial do conjunto de cidadãos. Assim, por exemplo, no caso da violência física, os cidadãos se veem afetados pela presença direta de atores criminais nas zonas nas quais moram – onde poderiam ser afetados por um confronto –, ou por ameaças à integridade física associadas ao crime patrimonial – roubos e furtos na via pública e nos lares – ou pela percepção de insegurança provocada pelo crime. Em qualquer dos casos, vários dos participantes dos grupos focais coincidiram em apontar que os problemas de insegurança eram uma consequência dos valores recebidos em casa desde a infância; portanto, vários salientaram que parte da resposta a essas ameaças seria fortalecer os valores ligados à família e à ordem. Nesse sentido, os valores tradicionais vinculados à ordem, ao autoritarismo e à valorização da família parecem ser centrais para garantir a sobrevivência da maioria dos brasileiros. Conseqüentemente, em muitos casos, os cidadãos estão dispostos a sacrificar liberdades em nome da segurança. Por exemplo, 34,6% dos entrevistados na última WVS consideram que o Governo deveria ter o direito de manter sob videovigilância as áreas públicas. Pelo menos 10% dos cidadãos concordam com o monitoramento das comunicações via internet e a coleta de dados sem consentimento (atingindo 20% se incluídos aqueles que são favoráveis, porém ainda duvidam dessas medidas). Por enquanto, esses setores são ainda minoritários entre a população, mas já existe a tendência a sacrificar liberdades em nome da segurança. Nesse sentido, podemos nos perguntar: como podemos falar de cidadãos democráticos ou mesmo cidadãos críticos nessas condições? São esses os cidadãos que estarão dispostos a defender os valores democráticos em caso de um assalto autoritário?

Discussões e conclusões

Este artigo teve por objeto oferecer uma explicação alternativa ao endurecimento das posições de extrema direita e à eleição de Jair Bolsonaro no Brasil. Diferentemente das explicações habituais e dominantes na literatura especializada, defendemos que parte da resposta deve ser procurada na cultura política do brasileiro, que é híbrida e que não foi construída com bases sólidas para a democracia, que, em nossa perspectiva, nasceu quase morta. Também mostramos a continuidade do padrão de instabilidade política no país. Para isso, analisaram-se elementos da história política do Brasil, assim como os dados qualitativos e quantitativos da última onda de Pesquisa Mundial de Valores.

Vale mencionar que a democracia no Brasil é, nas suas origens, um fenômeno importado, que tem se desenvolvido de forma inercial: as pessoas têm-se acostumado aos ritos formais – eleições, instituições etc. –, porém não valoram sua essência. No

mesmo sentido, o fenômeno da "nostalgia da ditadura" está presente e pode reforçar o ataque à frágil e instável democracia no Brasil, como é perceptível nas posições do governo de Bolsonaro e de seus partidários.

Da análise da literatura e dos dados empíricos, se depreende que a democracia no Brasil nunca foi estável, exceto talvez em um curto período da história recente, quando aconteceu a eleição (e reeleição) dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Essa aparente estabilidade começa a ser derrubada com a eleição da sucessora de Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, que teve sua legitimidade questionada desde o início do seu primeiro mandato e que foi destituída no transcurso do seu segundo mandato. Mesmo nessa etapa de maior estabilidade, foram poucas as mudanças substantivas na cultura política dos brasileiros, que, desde o retorno da democracia formal, mantêm valores autoritários centrados na ordem, na família e na religião.

Nesse sentido, como temos demonstrado, as opiniões predominantes entre os brasileiros são de pouco apreço pela democracia, que só recebe um apoio difuso e fragmentado. Quando se lhes pergunta diretamente se defendem a democracia, a resposta quase unânime é afirmativa. Porém, quando se aprofunda a análise quantitativa e qualitativa dos dados, se vê que esse apreço é mais discursivo que real. Há várias explicações para essa postura paradoxal, da endógena (cultura política híbrida e autoritária) até a exógena (origens da democracia no Brasil e a tradição golpista existente no país).

Neste entorno de instabilidade política histórica, com a prevalência de uma cultura híbrida, em uma conjuntura política na qual a extrema direita mostra sua face de forma explícita, com um presidente que valoriza a ditadura militar e menciona os instrumentos golpistas, há motivos para se pensar que a democracia no Brasil está mais frágil que nunca, ou mesmo que estaria em vertigem. Já que, como vimos anteriormente, a democracia nunca foi uma regra no Brasil, e sim uma exceção.

■ Henrique Carlos de Oliveira de Castro é Doutor em Ciência Política. Professor do Departamento de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador principal da Pesquisa Mundial de Valores e Diretor Nacional para o Brasil (WVS-Brasil). Foi pesquisador e professor convidado na Universidade de Notre Dame (EUA), na École des hautes études en

sciences sociales (França), no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Michigan (EUA) e na Universidade Técnica Privada de Loja (Equador). Bolsista de Produtividade de Pesquisa da CNPq - Nível 2. E-mail: henrique@ufrgs.br.

■ Sofia Isabel Vizcarra Castillo é Doutora em Sociologia pela Pontificia Universidad Católica del Perú. Professora do Curso de Graduação em Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) no Brasil. Faz parte do grupo da Pesquisa Mundial de Valores (WVS-Brasil), na qual foi pós-doutoranda, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: svizcarracas@unisinós.br.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). *Atlas de energia elétrica do Brasil*. Brasília: Aneel, 2002. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/pdf/livro_atlas.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- AHMADI, Akbarshah; ATAMAN, Kemal. A critical analysis of existential security theory. *Ilahiyat Studies*, v. 8, n. 2, p. 157-187, 2017. doi: 10.12730/13091719.2017.82.165.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. *American Sociological Review*, SAGE Publications, 1989. doi: 10.2307/2091433.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- ARUGUETE, Natalia; CALVO, Ernesto; VENTURA, Tiago. Polarization, News Sharing, and Gatekeeping: A study of the #Bolsonaro Election. *Interdisciplinary Laboratory of Computational Social Science*, n. 3, p. 1-13, 2019. doi: 10.13140/RG.2.2.30587.05927.
- BAQUERO, Marcello. *Democracia Inercial: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.
- BAQUERO, Marcello. Dossiê Cultura Política, Democracia e Capital Social. *Revista de Sociologia e Política*, n. 21, p. 7-11, 2003.
- BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. de; RANINCHESKI, Sonia M. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. *Política & Sociedade*, v. 15, n. 32, p. 9-38, 2016. doi: 10.5007/2175-7984.2016v15n32p9.
- BAQUERO, Marcello, RANINCHESKI, Sonia M.; CASTRO, Henrique C. de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 87-106, 2018.

- BITTENCOURT, Marielli P. *Nostalgia da Ditadura e as eleições de 2018 no Brasil: uma proposta de explicação*. 2020. 50 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona. *Portal do Ministério da Saúde*, c2013-2021. Disponível em: <<https://antigo.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- CASTRO, Henrique C. de. *Cultura Política Comparada*. Brasília: Verbena Editora, 2014.
- CASTRO, Henrique C. de. *A democracia em cheque: um estudo de Cultura Política entre porto-alegrenses*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. [Projeto de pesquisa].
- CASTRO, Henrique C. de *et al.* Voto Obrigatório e Exclusão Social: Uma Análise Heterodoxa. In: BAQUERO, Marcello (Ed.). *A lógica do processo eleitoral em tempos modernos: novas perspectivas de análise*. Porto Alegre/Canoas: Editora da UFRGS/Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1997.
- CASTRO, Henrique C. de; NEGRI Camilo. Os limites da democracia na América Latina: os casos do Brasil e do Chile. In: *XI Congresso Brasileiro de Sociologia 2003 Campinas*. Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia. 2003.
- CASTRO, Henrique C. de; NEGRI Camilo. Governos de esquerda? O deslocamento ideológico dos governos Lula (Brasil) e Tabaré Vázquez. In: FERNANDES, Ana Maria; RANINCHESKI, Sonia (Eds.). *Américas compartilhadas*. São Paulo: Francis, 2009, p. 151-196.
- CASTRO, Henrique C. de; RANINCHESKI, Sonia M.; CAPISTRANO, Daniel. *World Values Survey Brazil: Round Seven*. WVS, 2018. Disponível em: <<https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp>>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. Political realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the right turn. *Revista de Estudos Sociais*, n. 69, p. 92-100, 2019. doi: 10.7440/res69.2019.08.
- CRAVO, Teresa Almeida. The 2018 Brazilian elections and the global challenge to democracy. *Global Affairs*, Taylor & Francis, v. 5, n. 1, p. 1-4, 2019. doi: 10.1080/23340460.2018.1554362.
- DAHL, Robert A. *La poliárquía: participación y oposición*. Madrid: Tecnos, 1989.
- DALY, Tom. Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro. *SSRN Electronic Journal*, Apr. 03, 2019. doi: 10.2139/ssrn.3350098.
- FIESCHI, Catherine; HEYWOOD, Paul. Trust, cynicism and populist anti-politics. *Journal of Political Ideologies*, v. 9, n. 3, p. 289-309, 2004. doi: 10.1080/1356931042000263537.
- GANDRA, Alana. Escolaridade do brasileiro sobe 8 pontos percentuais em 10 anos, mostra pesquisa. *Agência Brasil*, 30 abr. 2015. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2015-04/data-popular-escolaridade-do-brasileiro-sobe-8-pontos-percentuais-em-dez>>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 68-82, 2020.
- INGLEHART, Ronald. Modernization, Existential Security and Cultural Change. In: GALFAND, Michele; CHIU, Chi-Yue; HONG, Ying-Yi (Eds.). *Handbook of advances in Culture and Psychology*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- INGLEHART, Ronald. *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

- INGLEHART, Ronald; BAKER, Wayne. Modernization, Cultural Change, and the Persistence of Traditional Values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, p. 19-51, 2000. doi: 10.2307/2657288
- INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Haves and Cultural Backlash. *HKS Faculty Research Working Paper*, Series RWP16-026, August 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil*. Uma primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da violência* [Consultas: Taxa de homicídios: País]. IPEA, 2017 [atual.]. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series>>. Acesso em: 14 jul. 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Mapa. 2010. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>>. Acesso em: 12 maio 2021.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Em 13 anos, 12,8 milhões saíram da pobreza absoluta, mostra Ipea. *Portal do IPEA*, 2008. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&ordering=3&limitstart=2400&limit=20>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- LOWENTHAL, Abraham F. *Exporting democracy: the United States and Latin America*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1991.
- MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinbeg de A.; COELHO, Fernanda Marina Feitosa; DIAS, Tainah Biela. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos: Bolsonaro e o 'kit gay', ideologia de gênero e fim da família tradicional. *Correlatio*, v. 17, n. 2, p. 65-90, 2019. doi: 10.15603/1677-2644/correlatio.v17n2p65-90.
- MOUFFE, Chantal. *On the political*. New York: Routledge, 2005. doi: 10.4324/9780203870112.
- NORVAL, Aletta J. *Aversive Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- NOTES from the Editors. *American Political Science Review*, v. 114, n. 4, p. v-vii, 2020. doi:10.1017/S000305542000074X
- NUNES, Edson de Oliveira. *A Gramática Política do Brasil*. Clientelismo e Insulamento Burocrático. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
- PINHEIRO NETO, Livino Virgínio. *Jair Bolsonaro e a busca pelo conflito permanente: Análise Crítica do Discurso das publicações no Twitter de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial brasileira de 2018*. 2019. 129 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias) – Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019*. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova York: PNUD, 2019. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2021.
- RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique C. de. Sobre Estado, cultura política da democracia e políticas sociais na América Latina. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento*, v. 1, n 1, p. 06-19, 2013.

- RANINCHESKI, Sonia M. et al. *Grupos Focais realizados em Brasília, Manaus, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro*. Porto Alegre: World Values Survey Brazil, 2019. Não publicado.
- SARTORI, Giovanni. *¿Qué es la democracia?* México D. F.: Tribunal Federal Electoral, 1993.
- SCHMITT, Carl. *El concepto de lo político*. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). *Victims of intentional homicide, 1990-2018*. 2018. Disponível em: <<https://dataunodc.un.org/content/data/homicide/homicide-rate>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

*Texto recebido em 25 de janeiro de 2021.
Aprovado em 03 de fevereiro de 2021.*